

Os feminismos e a reescritura do cânone filosófico: a oposição entre história e natureza

*Tessa Moura Lacerda*¹

Resumo: Onde estão as filósofas? Por que os nomes das filósofas foram apagados da História da Filosofia? Tendo como pano de fundo os debates contemporâneos sobre o que significa ser “mulher” e a criação histórica, social e política da diferença entre homens e mulheres, na civilização judaico-cristã ocidental, propomos uma reflexão sobre o cânone da filosofia seiscentista europeia e a ausência de filósofas, reconhecidas em seu tempo, nesse enredo canônico da história da filosofia.

Palavra-chave: “Mulher” – Beauvoir – Wittig – Oyěwùmí – Cânone filosófico

Feminisms and the rewriting of the canon: the opposition between history and nature

Abstract: Where are the female philosophers? Why have the names of female philosophers been erased from the History of Philosophy? Against the backdrop of contemporary debates about what it means to be a “woman” and the historical, social and political creation of the difference between men and women in Western Judeo-Christian civilization, we propose a reflection on the canon of seventeenth-century European philosophy and the absence of female philosophers, recognized in their time, in these canonical storylines of the history of philosophy.

Keywords: “Woman” – Beauvoir – Wittig – Oyěwùmí – Philosophical Canon.

¹ Professora Livre-docente do Departamento de Filosofia da USP, bolsista de produtividade CNPq. E-mail: tessalacerda@usp.br

I. Não se nasce mulher, torna-se mulher

A célebre frase escrita por Simone de Beauvoir em 1949 em *O segundo sexo* sintetiza como nenhuma outra a oposição entre natureza e história, na medida em que questiona uma suposta naturalidade da opressão sofrida por mulheres há séculos nas sociedades ocidentais de tradição judaico-cristã:²

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino.³

Não há uma “natureza” feminina ou uma “essência” feminina capaz de definir ontologicamente as pessoas percebidas como mulheres. Trata-se de uma construção no “conjunto da civilização”, uma construção histórica, social e política.

Ora, a questão é que essa construção da “mulher” é simultaneamente a construção de um lugar de opressão, é o estabelecimento de uma hierarquia na qual as mulheres são colocadas como inferiores aos homens.

Monique Wittig, uma feminista lésbica que, com Simone de Beauvoir e Christine Delphy, foi uma das editoras da revista *Questions Féministes* (*Questões feministas*),⁴ diz que a falsa naturalização da diferença entre homens e mulheres leva a uma naturalização dessa opressão das mulheres:

Ao fazer isso, ao admitir que existe uma divisão “natural” entre mulheres e homens, nós naturalizamos a história, nós assumimos que ‘homens’ e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não só naturalizamos a história, mas também, conseqüentemente, naturalizamos os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando impossível a mudança.⁵

Trata-se de uma inversão perversa entre natureza e história, pois, como afirma Wittig em outro ensaio: “Não existe sexo. Existe apenas sexo que é oprimido e sexo que oprime. É a opressão que cria o sexo e não o contrário”.⁶

² Faço referência à expressão empregada por Marilena Chauí para delimitar tempo e principalmente espaço de meu tema.

³ BEAUVOIR, *O segundo sexo*, p. 361.

⁴ Nas palavras de Miriam Pillar Grossi, a revista foi uma das primeiras publicações feministas de língua francesa e, ainda que hoje possa ser vista como uma revista “acadêmica”, ela “surge na interface entre movimento social e produção teórica de conhecimento no campo do feminismo”. Nela tanto se reúne “o primeiro grupo de pensadoras lésbicas feministas francesas” quanto se constitui um espaço importante de debate e reflexão sobre a questão da sexualidade das mulheres e sobre a lesbianidade e seu lugar no pensamento feminista. Segundo Grossi, é justamente a questão da lesbianidade que gera um racha no grupo editorial da revista, sendo esta também uma das supostas razões do exílio de Wittig nos Estados Unidos. Com o racha no corpo editorial, a revista é rebatizada como *Nowelles Questions Féministes* (NQF). Cf. a propósito a entrevista com Miriam Pillar Grossi (2018). (Agradeço a Raquel Imanishi essa observação e esta referência).

⁵ WITTIG, “Não se nasce mulher”, p. 84.

⁶ WITTIG, *O pensamento hétero e outros ensaios*, p. 33.

O apagamento da diferença entre natureza e história ou a ocultação do papel da história nesta criação de uma diferença entre homens e mulheres torna impossível a luta contra a opressão de gênero.⁷

Sugerindo desconstruir o que se entende por “mulher” nas sociedades ocidentais de tradição judaico-cristã, Wittig propõe que as mulheres passem a se entender como “classe” para se inserir coletivamente no debate sobre igualdade de direitos e “corrige” a frase de Beauvoir, encurtando-a: “Não se nasce mulher”. Pois não é preciso “se tornar mulher”. A proposta de luta contra o patriarcado encontra referencial no questionamento que o modo de vida lésbico mostra de maneira concreta.

Ora, como resume bem a nigeriana Oyèronké Oyěwùmí, a compreensão que emerge na chamada segunda onda do feminismo – de que a diferença entre homens e mulheres está em práticas sociais – foi, compreensivelmente, considerada radical:

O gênero como construção social tornou-se o pilar de muitos discursos feministas. A noção foi particularmente atraente porque era interpretada para significar que as diferenças de gênero não seriam ordenadas pela natureza, elas seriam mutáveis e, portanto, transformáveis.⁸

Oyěwùmí questiona a suposição do feminismo ocidental de que todas as sociedades se organizam com base na hierarquia de gênero calcada na falsa naturalidade da diferença entre homens e mulheres – por isso, a autora afirma que o Ocidente criou uma *bio-lógica* na qual os corpos (marcados por suas diferenças) são organizados de maneira hierárquica e opressiva. Oyěwùmí mostra que na cidade de Oyá, na Nigéria, durante o século XIX, a diferença entre homens e mulheres foi instaurada pela colonização europeia, mas antes disso, essa sociedade iorubá tinha uma organização social baseada em critérios diferentes do gênero (como, por exemplo, a idade das pessoas).

Dessa forma, Oyěwùmí leva ainda mais longe o debate instaurado por Beauvoir contra a naturalidade da diferença sexual ou de gênero: essa diferença não precisa resultar em hierarquia e não precisa organizar a sociedade. A sugestão que a descrição de um outro tipo de sociedade em contraste com as chamadas sociedades ocidentais é: não apenas é possível lutar contra a opressão historicamente construída, mas a própria construção é socialmente contingente. Há outras experiências concretas e não apenas pensáveis como possibilidade, em que a diferença de gênero não organiza a sociedade hierarquicamente.

II. Onde estão as filósofas?

Diante de um debate que percorre décadas até chegar ao século XXI, perguntamo-nos: onde estão as filósofas? Por que em nossa tradição de pensamento há tão poucos nomes de mulheres no cânone em Filosofia? Eis a questão posta pelos debates contemporâneos sobre a reescritura do cânone. Para refletir sobre a proposta de reescritura do cânone, recortarei um período de tempo: a chamada filosofia moderna ou seiscentista.

⁷ Escolho usar o vocabulário contemporâneo “gênero”, embora a palavra não seja usada por Wittig, nem por Beauvoir.

⁸ OYẸWÙMÍ, *A invenção das mulheres*, p. 36.

A filósofa Lisa Shapiro, reconhecida por seus estudos sobre a reescritura do cânone, propõe uma interpretação do chamado cânone da filosofia do início da modernidade evidenciando os critérios tácitos que organizam essa narrativa ou enredo em torno de sete figuras centrais: Descartes, Espinosa, Leibniz, Locke, Berkeley, Hume e Kant.

Descartes, afirma Shapiro, nessa narrativa é considerado um autor incausado. “O cânone tradicional para o início da filosofia moderna (...) se propõe a descrever uma cadeia causal de eventos intelectuais que começa com Descartes, uma figura alardeada como essencialmente auto causada”⁹. Espinosa e Leibniz, impactados com a metafísica inovadora de Descartes e a causalidade entre substâncias radicalmente distintas, propõem outras explicações,

cada um deles desenvolve seu próprio sistema filosófico em resposta ao que entendem como virtudes e vícios da proposta cartesiana, preservando a intuição filosófica de que o conhecimento é fundamentado na natureza da mente humana ou da razão.¹⁰

Locke, igualmente impactado com a filosofia cartesiana, desenvolve uma alternativa para o sistema epistemológico cartesiano “rejeitando o inatismo a respeito da razão e tomando o conhecimento como fundado no que a experiência apresenta”.¹¹ Berkeley e Hume foram afetados pelos compromissos empiristas de Locke:

A cadeia causal intelectual da narrativa canônica conduz inexoravelmente a Kant como seu ápice. (...) Kant é tido como síntese das intuições daqueles que escreveram nas tradições cartesiana e lockeana, de modo a evitar as armadilhas de cada uma das tradições.¹²

Os critérios que justificam internamente esse enredo específico da filosofia moderna são três:

1. O cânone oferece um relato causal para o desenvolvimento histórico e intelectual da filosofia;
2. Há um conjunto de questões filosóficas que organizam esse relato causal, seja uma questão epistemológica (sobre como conhecemos os objetos), seja uma questão metafísica ou ontológica (sobre que tipo de coisas existem e como interagem causalmente);
3. Não basta trabalhar uma questão filosófica para garantir a incorporação no cânone; é preciso ter escrito

o que é erigido como uma grande obra filosófica, como se isso fosse um gênero por si: As *Meditações*, a *Ética*, a *Monadologia*, o *Ensaio sobre o entendimento humano*, os *Princípios do conhecimento*, o *Tratado da natureza humana*, e, claro, a *Crítica da razão pura*.¹³

⁹ SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 5.

¹⁰ SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 5.

¹¹ SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 6.

¹² SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 7.

¹³ SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 8.

Se esses critérios organizam o cânone em torno de sete figuras centrais, o que Lisa Shapiro propõe para ampliar e tornar o cânone mais diverso é uma reelaboração das questões centrais que estruturam o enredo como uma história causal – além de ironizar a ideia de uma obra de “gênero filosófico”, “como se isso fosse um gênero por si”.¹⁴

A reescritura do cânone poderia, por exemplo, se dar em torno da ideia de educação – um tema já considerado clássico em filosofia e objeto de filósofos como Rousseau. Ora, como as mulheres, desde o século XV, estavam lutando por seu direito à educação, na chamada *Querelle des femmes*, iniciada no século XV com Christine de Pisan e sua *A cidade das damas*, tomar a educação como tema central do enredo da filosofia moderna levaria inevitavelmente à inclusão de muitas filósofas nessa história.

Com efeito, no século XVII vai florescer o debate sobre a igualdade entre mulheres e homens. Os filósofos que reivindicavam essa igualdade são chamados de proto-feministas ou, como sugere Dorlin, feministas.¹⁵

Dorlin mostra que o feminismo de autoras como Marie de Gournay, Anna Maria Van Schurman, Gabrielle Suchon e do autor François Poullain de la Barre era um “feminismo lógico”, embora essa não seja a primeira manifestação feminista no século XVII – havia o que Dorlin nomeia “feminismo das preciosas”, que acolhia o argumento da diferença natural entre homens e mulheres, como os misóginos, mas ao contrário desses afirmará as vantagens das ditas “qualidades femininas” (sensibilidade, etc.) para a vida em sociedade – trata-se da primeira formulação da igualdade entre mulheres e homens em termos lógicos. A questão principal que se colocava era: há tanta diferença entre homens e mulheres quanto há entre um homem e outro homem. Logo, as mulheres deveriam, como os homens, ter direito à educação formal e ter direitos iguais a eles no casamento.

Dorlin analisa as principais obras dos quatro feministas lógicos e se pergunta: por que a verdade não se impõe por si mesma?” Poullain de la Barre se serve da retórica inspirada por Descartes para justificar a igualdade entre homens e mulheres – vale notar que uma das epígrafes de *O segundo sexo* de Beauvoir é uma citação de Poullain: “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte”.¹⁶

Gabrielle Suchon, Gournay e Van Schurman, diferente de Poullain, fundamentaram seus argumentos em autores antigos e usaram o silogismo aristotélico como método para demonstrar a igualdade entre os sexos.

Ora, pergunta-se Dorlin, que se questione argumentos retóricos ou que sugerem a retórica como método, é compreensível, mas como questionar argumentos expostos de uma maneira lógica e indubitável?

III. Por que a verdade não se impõe por si mesma?

Talvez a melhor resposta que poderíamos oferecer para a questão – aparentemente ingênua – de Dorlin seja: porque se trata de uma *questão política*!

¹⁴ SHAPIRO, “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”, p. 8.

¹⁵ Trata-se de uma escolha intelectual e política feita por Elsa Dorlin, a quem sigo aqui, à despeito do risco da acusação de anacronismo. Cf. Dorlin, *L’évidence de l’égalité des sexes. Une philosophie oubliée du XVIIe siècle*, p. 13.

¹⁶ DE LA BARRE *apud* BEAUVOIR, *O segundo sexo*, p. 11.

Muniz Sodré afirma que “a todo grande sistema filosófico (de um modo geral inoperante na articulação de sistemas real-históricos) subjaz uma política – impensada por esse mesmo sistema.”.¹⁷ Tomando isso como inspiração, podemos afirmar que a todo cânone subjaz uma política. Ora, se entendemos que o cânone é um enredo de uma história intelectual com causalidade interna, precisamos também considerar que a história é ela mesma (e a história da filosofia também) uma narrativa construída, negociada – para usar o termo da feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak.¹⁸

Dessa forma, o cânone é *uma* história, a narrativa dominante – há “histórias alternativas”, ainda usando os termos de Spivak, mas como ela mostra, essas histórias alternativas podem ser apropriadas por falsos protagonistas ou pelo discurso dominante.

Nesse sentido, a feminista decolonial Maria Lugones¹⁹ mostra como o que chamamos de “modernidade” pode também ser lido como a imposição de um modelo de conhecimento como único. Imposição que se deu concretamente com a colonização: a colonização das Américas pela Europa impôs uma colonialidade do poder que envolve também a colonialidade do ser e a colonialidade do saber. Esse processo se deu, segundo Lugones (que cita Aníbal Quijano) com a criação da ideia de “raça” que hierarquiza o globo criando supostas identidades geográficas (Europa, América, por exemplo) ou étnico-raciais (negros, europeus, indígenas, por exemplo).

A tríade capitalismo-colonialismo-racismo pode ser vista como a outra face da moeda “modernidade”. Lugones acrescenta ao modelo de Quijano (que critica e recria) a ideia de gênero, tão ficcional como a ideia de “raça”, e que também introduz hierarquias nas sociedades e entre sociedades.

Ora, levando em conta esses aspectos políticos que podem ser parte da resposta à pergunta de Dorlin – “por que a verdade não se impõe por si mesma?” – pergunto: basta incluir novos nomes numa narrativa causal histórica para que o cânone seja mais diverso?

IV. Reforma (do cânone) ou revolução?

Basta incluir novos nomes para que o cânone seja mais diverso? Denise Ferreira da Silva diria que a gramática racial do cânone em filosofia mostra que não é mais possível trabalhar dentro desses parâmetros se quisermos escrever uma história da filosofia mais plural. Ela considera que é preciso explodir o cânone a partir da força disruptiva da negritude (*blackness*): “sigo com a ativação da força interruptiva da negritude, sua capacidade de romper o véu da transparência (mesmo que brevemente) e referir ao que existe nos limites da justiça.”.²⁰ A negritude detém uma força disruptiva e criativa, que aparece como o avesso do que está às claras, através de um olhar como luz negra.

¹⁷ SODRÉ, *Pensar nagô*, p. 8.

¹⁸ Cf. SPIVAK, “Quem reivindica alteridade?”.

¹⁹ Cf. LUGONES, “Colonialidade e gênero”.

²⁰ FERREIRA DA SILVA, “1 (vida) ÷ 0 (negritude) = ∞ - ∞ ou ∞/∞: sobre a matéria além da equação de valor”, p. 122. Denise Ferreira da Silva explica, em várias ocasiões, que não quer que seu tema seja assimilado ao que autores do movimento dos anos 1940 que formam biblioteca de livros sobre a negritude (na França): autores como Aimé Césaire queriam tornar positiva a questão da negritude. Para Denise, não se trata de tornar positivo o que está sendo colocado como negativo: por isso sugere o termo “blackness” (“negritude”) em lugar de “negritude”. (Agradeço a Raquel Imanishi esta nota).

Pergunto-me se simplesmente explodir o cânone não seria exercer uma violência análoga à violência do apagamento das mulheres na História das ideias em geral e da Filosofia em particular. Pensamos dentro desses marcos que são ditos canônicos – modernidade, de um lado “iluminado”, colonialismo, racismo, sexismo, no lado não iluminado. É preciso preservar esses marcos, inclusive como parâmetros para a crítica a eles sempre que necessária.

Mas tampouco penso que é suficiente somente mudar as questões centrais que determinam o enredo do cânone atual para criar uma outra história da filosofia que seja mais plural e que fale dos vencidos.

Sem dúvida, seria preciso pensar e determinar critérios para essa nova história da filosofia plural. Mas, mais que isso, é preciso evidenciar a opressão trazendo à luz as figuras apagadas da história da filosofia e, ao mesmo tempo, mostrar como se deu, materialmente, essa opressão. Dessa maneira, veremos que a opressão de gênero (na modernidade) está ligada à opressão de classe e à opressão de raça.

No caso do século XVII, será preciso mostrar como o controle dos corpos das mulheres na Europa é simultâneo e tem relação com a escravização de pessoas de África e com o tráfico transatlântico e a colonização das Américas. Em outras palavras, e seguindo Silvia Federici²¹, para repensar a história da filosofia moderna será preciso refletir sobre como a transição do feudalismo para o capitalismo²² foi um marco fundamental para as opressões – nascidas ali e perpetuadas, algumas, até hoje. Este talvez seja um caminho para reescrever uma história da filosofia mais plural: feminista, inclusiva, democrática.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DORLIN, E. *L'évidence de l'égalité des sexes. Une philosophie oubliée du XVIIe siècle*. Paris: L'Harmattan, 2000.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA DA SILVA, D. “1 (vida) ÷ 0 (negritude) = ∞ - ∞ ou ∞/∞: sobre a matéria além da equação de valor”. In: *A dívida impagável*. São Paulo: Edição Oficina de Imagem Política e Living Commons, 2019.

LUGONES, M. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

²¹ Cf. FEDERICI, *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*.

²² Fica como questão (e em referência a um diálogo com Carolina Araújo): como pensar a opressão de gênero anterior à transição do feudalismo para o capitalismo e vê-la em sua especificidade? A afirmação da igualdade de gênero – como fizeram as feministas lógicas do XVII – é um bom começo para responder a essa opressão. Mas como entender a causa dessa opressão antes do capitalismo e do cerceamento dos corpos? A instauração e a expansão do Catolicismo pode ser uma boa pista a seguir. O apagamento do nome das mulheres da história das ideias é concomitante com o estabelecimento de um lugar subalterno do feminino em todas as esferas da vida. Mas essa conversa precisará ficar para uma outra ocasião.

OYĚWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SHAPIRO, L. “Revisiting the Early Modern Philosophical Canon”. *Journal of the American Philosophical Association*. Accepted August 30, 2016.

SODRÉ, M. *Pensar nagô*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SPIVAK, G. C. “Quem reivindica alteridade?”. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

WITTIG, M. “Não se nasce mulher”. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WITTIG, M. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.